

Serviço Social e *Laudato Si'*: desigualdades socioambientais e sustentabilidade

Social work and Laudato Si': Social and environmental inequalities and sustainability

Duarcides Ferreira Mariosa¹, Cindy Carolina Benedetti Costa²,
Giovana Giarola², Josiele De Aguiar Silva², Lucas Tadeu
Oliveira Macedo², Milena Gherbali Locatelli²

Resumo

O artigo reflete criticamente sobre a questão das desigualdades socioambientais a partir e nos marcos teóricos das propostas apresentadas pelo Papa Francisco na Encíclica *Laudato Si'*. O uso desordenado dos recursos naturais regido pelo sistema econômico, onde se exacerba o consumo, trouxe consequências e a necessidade de atenção especial para com os cuidados que o ambiente natural requer. Inovações tecnológicas, desigualdade no fornecimento e consumo de serviços, fragmentação e exclusão social, aumento da violência, entre tantos outros sinais, revelam que ao longo das últimas décadas não houve um verdadeiro progresso integral. Consequentemente, o debate atual se faz no sentido de melhorar as condições de vida da população dentro dos limites da capacidade de sustento dos ecossistemas, incorporando as dimensões do desenvolvimento social, econômico e ambiental, incluídas nas definições mais usadas de desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade, em suas três dimensões harmoniosamente ligadas, favorece o equilíbrio e crescimento de seus componentes e dá significado ao Desenvolvimento Sustentável. Assim, ao resgatar a dimensão humana e social da crise ambiental, a Encíclica *Laudato Si'* dialoga implicitamente com os pressupostos teóricos do Serviço Social, o que permite a reflexão crítica das desigualdades socioambientais. Todavia, estudos mais aprofundados devem ser desenvolvidos para que esta relação de princípios entre a Ecologia Integral, da forma como é adotada na *Laudato Si'*, e os pressupostos de ação e a prática do assistente social, possam se ajustar cada vez mais e produzir os ideais de transformação social que ambos desejam.

Palavras-chave: Desigualdades sociais. *Laudato Si'*. Sustentabilidade socioambiental.

Abstract

The article critically addresses the issues of social and environmental inequalities from the theoretical results of the proposals presented by Pope Francis in the Encyclical Laudato Si'. The disorderly use of natural

¹ Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Faculdade de Serviço Social. Rod. Dom Pedro I, km 136, Pq. das Universidades, 13086-900, Campinas, SP, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: D.F MARIOSIA. E-mail: duarcidesmariosa@puc-campinas.edu.br

² Graduandos, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Faculdade de Serviço Social. Campinas, SP, Brasil.

resources governed by the economic system, in which consumption is exacerbated, has brought consequences as the natural environment requires special attention and care. Technological innovations, inequality in the supply and consumption of services, fragmentation and social exclusion, increased violence, among many other signs, reveal that there has not been true integral progress over the last decades. Consequently, the current debate aims to improve the living conditions of the population within the limits of ecosystem productivity, comprehending social, economic and environmental development, which are included in the most commonly used definitions of sustainable development. The three harmoniously interconnected domains of sustainability favor balance and growth of each domain and give meaning to Sustainable Development. Thus, while rescuing the human and social domains from the environmental crisis, the Encyclical Laudato Si' implicitly dialogues with the theoretical presuppositions of Social Service, which allow a critical reflection on social and environmental inequalities. However, further studies should be developed so that this relationship of principles between Integral Ecology, as it is adopted in the Laudato Si', and the assumptions of action and practice of the social worker can be adjusted and produce the ideals of social transformation that both desire.

Keywords: *Social inequalities. Laudato Si'. Social and environmental sustainability.*

Introdução

A discussão da questão ambiental é multidimensional, já que decorre ou implica em uma relação, necessariamente complexa, entre natureza e sociedade³. Logo, se há crise, não se trata de uma crise ambiental e outra social, e sim uma única crise: a socioambiental⁴. A lógica capitalista, que prevalece hegemônica nas últimas décadas, entretanto, apresenta sua dialética de atuação separando natureza e indivíduos, natureza e sociedade, especialmente, quando o fator econômico entra nesta relação mediante a incorporação da noção ou conceito de privação.

Explorar comercialmente a natureza e colocar uma visão consumista em primeiro plano pode não só degradar e esgotar os meios de subsistência de um grupo, como os recursos econômicos e ambientais que os mesmos sustentaram ao longo de sua existência, é também apagar uma identidade cultural em favor de um estilo potencialmente nocivo de vida e de produção. Faz parte do contexto histórico atual a insuficiência de acesso universal aos recursos naturais. No processo de valorização dos investimentos capitalista, proíbe-se ou limita-se o conviver com frutos, bens e paisagens naturais e institui-se a condição da propriedade privada por meio da apropriação desigual dos bens ambientais e o uso inapropriado, excludente e muito acima dos limites de reposição das reservas naturais. Com isso, se “privar é tornar um bem escasso”, numa sociedade em que tudo é mercantilizado, “um bem só tem valor econômico se é escasso”⁵.

Esse tipo de comportamento e configuração social⁶ levanta questões para uma densa reflexão acerca das condições universais de vida e de sobrevivência, necessitando,

³ SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

⁴ FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si' sobre o cuidado da casa comum*. Vaticano, 2015. §139. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_encyclica-laudato-si.html>. Acesso em: 30 jan. 2017.

⁵ GONÇALVES, C.W.P. *O desafio ambiental: os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.67.

⁶ ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

para a apreensão intelectual, revisar criticamente os atuais modelos de desenvolvimento, de produção e de consumo, e o impacto que trazem à relação ambiente, sociedade e economia, expressas na questão das desigualdades socioambientais. Discussão intelectualmente relevante para as Ciências Sociais Aplicadas e, em especial, o Serviço Social.

O presente texto apresenta, assim, uma breve reflexão sobre a temática das desigualdades socioambientais a partir de elementos filosóficos, teológicos e conceituais da ecologia integral, trazidos à discussão pela Encíclica *Laudato Si'*⁷ e em sua interlocução teórica com o espectro de atuação do assistente social.

A preocupação com a crise ambiental

O uso desordenado dos recursos naturais regido pelo sistema econômico, onde se exacerba o consumo, que cada vez mais se enraíza nas práticas e no modo de vida típico das sociedades capitalistas, trouxe a atenção especial para com os cuidados que o ambiente natural requer. Essa preocupação, de magnitude mundial, foi institucionalmente levantada na década de 1960, através do “Relatório do Clube de Roma”, redigido com a participação de representantes dos países industrializados com a proposta de “crescimento zero”, para atenuar os impactos negativos que a atividade produtiva impingia ao ambiente⁸.

A partir desse momento a questão ambiental tornou-se cada vez mais e intensamente discutida em conferências, governos e academia. Preocupados com o futuro do planeta, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou, entre os dias 5 a 16 de junho do ano de 1972, na capital sueca, Estocolmo, a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, visando amenizar a problemática: homem *versus* natureza^{9,10}. Após a conferência, mundialmente conhecida como “Conferência de Estocolmo”, surgiram tantas outras importantes, como as realizadas no Brasil em 1992 e 2012.

Diante da abrangência e importância da temática ambiental, a Igreja Católica posicionou-se formalmente, desde o início, sobre essas questões mediante encíclicas papais. Como relatado nos parágrafos iniciais da Carta Encíclica *Laudato Si'*, em 1971, o Beato Papa Paulo VI referiu-se à problemática ecológica, descrevendo-a como uma crise que é consequência dramática de atividades intensas feitas pelo e para o homem, alertando que, por motivo de uma exploração imponderada sobre a natureza, os

⁷ Cf. FRANCISCO, Papa, 2015.

⁸ FOGLIATTI, M.C.; FILIPPO, S.; GOUDARD, B. *Avaliação de impactos ambientais: aplicação aos sistemas de transporte*. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

⁹ ALMEIDA MACHADO, A. O local e o global na estrutura da política ambiental internacional: a construção social do acidente químico ampliado de Bhopal e da Convenção 174 da OIT. *Contexto Internacional*, v.28, n.1, p.7, 2006.

¹⁰ MORADILLO, E.F.; CONCEICAO MOKI, M. Educação ambiental na universidade: construindo possibilidades. *Química Nova*, v.27, n.2, p.332-336, 2004.

seres humanos corriam o risco de destruí-la e de serem também vítimas dessa degradação¹¹.

Em 1972, a “Declaração de Estocolmo” sancionou a cooperação internacional no cuidado do ecossistema de toda a terra e a obrigação de quem ou algum país contaminar algum território, deverá assumir economicamente os custos derivados. Em 1985, a “Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio” tratou da proteção da saúde humana e do meio ambiente contra os efeitos nocivos das alterações da camada de ozônio. Em 1989, a Convenção de Basileia tratou sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito. Em 1992, a “Cimeira da Terra”, Rio de Janeiro, proclamou que os seres humanos são o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Em 2012, a “Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável”, chamada Rio+20, novamente realizada no Rio de Janeiro, emitiu uma Declaração Final extensa, porém, ineficaz. Envolvendo pesquisadores das mais diversas áreas da comunidade científica, que levaram o resultado de seus estudos às empresas, governos, meios de comunicação especializados, movimentos sociais e organismos internacionais, a *Laudato Si'* aponta pelo menos 5 referenciais, que vieram embasar as legislações ambientais adotadas pelos países signatários das convenções.

No âmbito da Igreja Católica, o Papa Paulo VI já havia alertado sobre a possibilidade de ocorrência de uma catástrofe ecológica sob o efeito da explosão da civilização industrial, ressaltando a necessidade urgente de mudanças radicais no comportamento da humanidade. Assim como ele, João Paulo II e Bento XVI, Papas que o sucederam, reforçaram a questão abordada¹². Sob o papado de Francisco, todavia, é a *'Laudato Si'* que aprofunda a discussão e traz reflexões teológicas e filosóficas sobre os eventos derivados da degradação ambiental no planeta Terra¹³. Nesta Encíclica, o Papa Francisco cita o termo “Ecologia Integral”, introduzindo na reflexão vários aspectos da crise atual, que alcançam a esfera humana e social, argumentando que a ecologia estuda não só os organismos vivos e o meio ambiente, como também suas relações e seu desenvolvimento¹⁴.

Inovações tecnológicas, automação, conectividade instantânea entre locais mais distantes, mas, também, desigualdade no fornecimento e consumo de serviços, fragmentação e exclusão social, aumento da violência e tantos outros sinais revelam que, ao longo dos séculos, não houve um verdadeiro progresso integral e uma melhoria na qualidade de vida. Conforme a Encíclica *Laudato Si'*, “alguns destes sinais são ao mesmo tempo sintomas duma verdadeira degradação social, duma silenciosa ruptura dos vínculos de integração e comunhão social”¹⁵ e destaca que: Nalguns lugares, rurais e urbanos, a privatização dos espaços tornou difícil o acesso dos cidadãos a áreas de

¹¹ Cf. FRANCISCO, Papa, 2015, §4.

¹² *Ibid.*, §3-6.

¹³ FRANCISCO, Papa, *passim*.

¹⁴ *Ibid.*, 2015, §10.

¹⁵ *Ibid.*, 2015, §46.

especial beleza; noutros, criaram-se áreas residenciais “ecológicas” postas à disposição só de poucos, procurando-se evitar que outros entrem a perturbar uma tranquilidade artificial. Muitas vezes encontra-se uma cidade bela e cheia de espaços verdes e bem cuidados nalgumas áreas “seguras”, mas não em áreas menos visíveis, onde vivem os descartados da sociedade¹⁶.

Outro ponto importante no aspecto econômico é a dívida externa dos países pobres e o quanto continuam a alimentar o progresso dos países mais ricos, deixando de satisfazer suas próprias necessidades somente para fazer parte de um sistema de relações comerciais perversas. Desigualdades econômicas levam a desigualdades territoriais. Em razão da estrutura energética de muitos países pobres e endividados, determinadas regiões têm maior dificuldade para adotar medidas para a redução do impacto ambiental, o que demandaria a união entre os demais países em defesa dos mais vulneráveis¹⁷.

A partir do momento em que a produção econômica, concentrada na geração de riquezas, entra em conflito com várias dimensões do aspecto social, tem-se um problema e se faz necessário uma reflexão sobre tal gravidade, a qual o capitalismo está submetendo a humanidade. Dado que a crise ambiental é um fato e que existem países, grupos e indivíduos mais vulneráveis que outros, há a necessidade de separar conceitualmente risco de vulnerabilidade. Noção trazida da área da saúde, “risco foi usado pelos epidemiologistas em associação a grupos e populações”, enquanto que “vulnerabilidade refere-se aos indivíduos e às suas suscetibilidades ou predisposições a respostas ou consequências negativas”¹⁸. No entanto, a definição para risco para área socioambiental é ainda mais complexa. Para Kuhnen¹⁹, “o risco não é um mero estímulo físico objetivo”, trata-se propriamente de “uma construção social, portanto, subjetiva e multidimensional”. Na forma processual, “se mantêm imbricado a ele atitudes, valores, crenças, sentimentos e normas das pessoas, influenciando na forma de entender o risco ou a fonte de risco provável”. Dessa forma, assevera o autor, “tanto o conteúdo como o processo da percepção de risco é de natureza social”. O que permite a adoção, conceitualmente, de perspectivas ético-filosóficas na abordagem da questão ambiental²⁰.

De fato, para uma maior compreensão da extensão que envolve o debate, faz-se necessário, ainda, relacionar os aspectos centrais da questão social presentes na exploração do capital sobre o trabalho e as questões da expressão social daí derivadas. Tal relação assimétrica tem como maior resultado a desigualdade, gerando graves problemas sociais como a fome, o analfabetismo, o desemprego, a violência, entre outros. A mesma exploração capitalista que também se faz presente na natureza e na utilização de seus recursos, degradando o ambiente com várias atividades impactantes, que são,

¹⁶ Cf. FRANCISCO, Papa, 2015, §45.

¹⁷ *Ibid.*, 2015, §52.

¹⁸ JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? *Textos & Contextos*, v.11, n.2, p.301-308, 2012.

¹⁹ KUHNEN, A. Meio ambiente e vulnerabilidade a percepção ambiental de risco e o comportamento humano. *Geografia*, v.18, n.2, p.37-52, 2009.

²⁰ *Ibid.*, 2009, p.47.

dentre outras, a atividade de caça e pesca de espécies protegidas ou a poluição, esgotamento e o comprometimento do solo, água e ar.

A sustentabilidade como projeto e utopia

O termo “sustentável” provém do latim *sustentare*, significando defender, favorecer, apoiar, conservar, cuidar, sustentar. Segundo o Relatório de Brundtland, o uso sustentável dos recursos naturais deve “suprir as necessidades da geração presente sem afetar a possibilidade das gerações futuras de suprir as suas”, sendo então um conceito que se relaciona diretamente com o processo contínuo para a vida das sociedades, para a manutenção da economia, para a preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, da espécie humana, abrigo um conjunto de paradigmas para o uso dos recursos que visam atender as suas necessidades²¹.

No sentido de melhorar as condições de vida da população, dentro dos limites da capacidade de sustento dos ecossistemas, vincula-se o desenvolvimento social, econômico e ambiental, gerando as definições mais usadas de desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade, se em suas três dimensões harmoniosamente ligadas, favorece o equilíbrio e crescimento de seus componentes, dá significado ao Desenvolvimento Sustentável^{22,23,24}. O Desenvolvimento Ambiental, que teve sua origem na biologia por meio de estudos da ecologia, trata da capacidade de reprodução dos ecossistemas diante das agressões antrópicas (ações que resultam da atuação humana) e/ou naturais. O Desenvolvimento Econômico, por sua vez, envolve o conjunto de práticas econômicas que visam o desenvolvimento de um país ou de uma empresa, preservando o meio ambiente e garantindo manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Completando, o Desenvolvimento Social relaciona-se com um conjunto de ações que tendem a melhorar a qualidade de vida da população com propósito de reduzir as desigualdades sociais, e ampliar aos direitos e serviços básicos. Neste prisma está contida a ideia de que a sustentabilidade deve contemplar à equidade social, tanto dessa geração quanto das gerações que estão por vir.

Uma das perspectivas da sustentabilidade é o fato de que o desenvolvimento, ao preocupar-se com a geração de riquezas, tenha por objetivo distribuí-las para melhorar a qualidade de vida da população e, conseqüentemente, a qualidade ambiental do planeta, caminhando, assim, em direção à construção de uma sociedade que seja além de sustentável, mas que pressupõe o respeito ao meio ambiente, à busca da qualidade de vida a partir de formas concretas de enfrentamento da miséria, pobreza e exclusão social²⁵. O desenvolvimento sustentável está relacionado à cultura, aos valores que a

²¹ BRUNDTLAND, G. *Our Common Future: From One Earth to One World*. New York: Oxford University Press, 1987.

²² Cf. FRANCISCO, Papa, 2015, §193.

²³ Cf. SACHS, 2000.

²⁴ VEIGA, J.E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

²⁵ VEIGA, *op. cit.*

sociedade cultiva e à maneira como as pessoas se relacionam, também é visto como um preceito ético, pois se refere tanto às questões de equidade quanto às questões ambientais²⁶.

Verifica-se na leitura da *Laudato Si'* a preocupação do Papa Francisco com o Desenvolvimento Sustentável, fazendo disso um apelo, colocando como desafio o de proteger nossa casa comum, o planeta na qual vivemos, incluindo a preocupação de unir toda a família humana na busca desse desenvolvimento sustentável e integral, sabendo que as coisas podem e vão mudar. Se a “mudança é algo desejável [...] torna-se preocupante quando se transforma em deterioração do mundo e da qualidade de vida de grande parte da humanidade”²⁷. Não podemos, portanto, isolar a ideia de sustentabilidade apenas como desenvolvimento econômico e ambiental, é preciso ter um olhar atencioso e respeitar os aspectos culturais e sociais que satisfazem as comunidades humanas, para assim se obter um desenvolvimento harmônico e integral. Harmonia que, no Serviço Social, é vista como a totalidade do ser humano e a sua natureza.

As desigualdades socioambientais e a perspectiva da sustentabilidade

Frente à problemática da insustentabilidade da sociedade atual, que parece ser inegável, alguns pressupostos são tidos como meios para o alcance da sustentabilidade socioambiental, já que esse termo pode ser aplicado em diversos âmbitos, seja social, econômico, ambiental ou das políticas públicas²⁸. A ideia de que o desenvolvimento é para além da restrição ambiental teve origem nas reuniões de Estocolmo em 1972 e Rio 1992, posto que foram colocadas em pauta discussões sobre os aspectos de que a pobreza e desigualdade são motivos de agressões ambientais, por isso, a sustentabilidade deve contemplar a equidade social e a qualidade de vida dessa geração e das próximas. A solidariedade com as próximas gerações introduz, de forma transversal, a dimensão ética^{29,30}.

Ainda dentro do âmbito social e das políticas públicas encarregadas de seu direcionamento, a Organização das Nações Unidas, em sua Agenda 2030³¹, que se baseia na noção de Desenvolvimento Sustentável, reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. A partir desse reconhecimento, traz algumas garantias e propostas, tais como: garantir que todos os

²⁶ Cf. FRANCISCO, Papa, 2015, §181.

²⁷ *Ibid.*, §18.

²⁸ NASCIMENTO, E.P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, v.26, p.51-64, 2012.

²⁹ Cf. BRUNDTLAND, 1987.

³⁰ NASCIMENTO, *op. cit.*

³¹ NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Nações Unidas no Brasil, 2015. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável; proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras; fazer com que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza; e por fim, promover sociedades justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Tais garantias e propostas também são contempladas na Encíclica *Laudato Si'*:

É necessário voltar a sentir que precisamos uns dos outros, que temos uma responsabilidade para com os outros e o mundo, que vale a pena ser bons e honestos. Vivemos já muito tempo na degradação moral, baldando-nos à ética, à bondade, à fé, à honestidade; chegou o momento de reconhecer que esta alegre superficialidade de pouco nos serviu. Uma tal destruição de todo o fundamento da vida social acaba por colocar-nos uns contra os outros na defesa dos próprios interesses, provoca o despertar de novas formas de violência e crueldade e impede o desenvolvimento duma verdadeira cultura do cuidado do meio ambiente³².

O reconhecimento de que a degradação da natureza está diretamente ligada ao modo de sobrevivência e convivência humana, é de suma importância para alcançarmos a sustentabilidade socioambiental. De fato, na *Laudato Si'*, o Papa Francisco³³ lembra-nos que “todos, na medida em que causamos pequenos danos ecológicos, somos chamados a reconhecer a nossa contribuição – pequena ou grande – para a desfiguração e destruição do ambiente”. Desse modo, é preciso encontrar soluções não só na técnica, mas também numa mudança de comportamento do ser humano, caso contrário, estaríamos a enfrentar apenas os sintomas.

Tomar decisões que cooperem para a efetivação da sustentabilidade socioambiental passou, portanto, a ser um desafio maior ainda, visto que além de perceber com clareza e destacar a influência econômica, a fim de encontrar soluções nesse campo, vê-se a exigência de também contemplar a equidade social, a qualidade de vida e a dimensão ambiental. Decisões determinantes para se alcançar um resultado positivo ou não.

Pode-se argumentar que o desenvolvimento sustentável venha a ser somente uma de diversas hipóteses e respostas possíveis, porém, é inquestionável que se cada indivíduo assumir suas responsabilidades individuais e para com sociedade, resultaria positivamente em uma mudança nos estilos de vida, afetando diretamente aqueles que têm qualquer tipo de poder decisivo e de atuação, fazendo com que os mesmos considerem e repensem os impactos que suas ações a curto, médio e longo prazo terão no ambiente. O Papa Francisco³⁴, na Encíclica *Laudato Si'*, enfatiza sua crença no poder transformador

³² Cf. FRANCISCO, Papa, 2015, §229.

³³ *Ibid.*, §7.

³⁴ *Ibid.*, §208.

do homem quando afirma que o ser humano é capaz de superar o individualismo, e que pode realmente desenvolver um estilo de vida alternativo, tornando possível uma mudança relevante na sociedade.

O Serviço Social e as desigualdades socioambientais

O assistente social trabalha com as expressões da questão social que, na sociedade capitalista, aprofunda-se em processos de exclusão, desigualdade e desrespeito para com aqueles que, por algum motivo, não foram privilegiados pelo sistema de estratificação vigente. Em um mundo onde as desigualdades socioambientais são expressões da questão social, a sustentabilidade só pode ser alcançada mediante processos de inclusão, devidamente permeados por ações de assistência às populações vulneráveis. É possível alcançar a sustentabilidade socioambiental conhecendo o território onde ocorrem as relações sociais, entendendo que é no território que as dimensões econômicas, ambientais e sociais se materializam e adquirem sua concretude^{35,36}. Essas relações não são, entretanto, simples, elas se estruturam na forma de redes à medida que os espaços locais interconectam-se em diferentes graus de intensidade com o município, a região metropolitana, o país e o globo. É assim que, trabalhando em rede com outros agentes, gestores de políticas públicas e estudantes de várias formações acadêmicas podem estudar o tema da ecologia, e tudo que ele contém, de forma integrada³⁷.

Estar ou trabalhar em rede, entretanto, não significa dissolver-se na coletividade. Tomando-se como pressuposto que cada um é agente de sua própria história, que para ter uma sustentabilidade integral do território é necessário respeitar o “território subjetivo de cada um”, cada sujeito de direitos incluído em um território, com necessidades e subjetividades particulares, desenvolve uma história de vida, hábitos culturais ainda que particulares e específicos, porém, ajustado e em constante troca com as dimensões territoriais mais amplas³⁸.

Para estabelecer o diálogo entre indivíduo e sociedade, entre natureza e cultura, que na Encíclica *Laudato Si'*, o Papa Francisco sugere uma “ecologia integral”, abrangendo as dimensões ambiental, econômica e social de nossa “Casa Comum”³⁹. Além da mudança nos estilos de vida, a educação ambiental é importante coadjuvante para se alcançar qualquer solução. Apesar de ser um processo extenso, já que conta com o resgate dos valores culturais, morais e éticos, e que por muitas vezes esta educação, chamada a criar uma cidadania ecológica, limita-se a informar e não consegue fazer

³⁵ Cf. FRANCISCO, Papa, 2015, §42.

³⁶ KOGA, D. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

³⁷ LEFF, E. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2009.

³⁸ GOULART, S. *et al.* Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento. *Cadernos EBAPE.BR*, v.8, p.388-403, 2010.

³⁹ FRANCISCO, Papa, *op. cit.*, §1.

maturar hábitos, e algumas ações imediatas podem ser perpetradas⁴⁰. É só olhar ao redor e já se percebe o quanto pode ser feito.

No ambiente imediato de formação dos estudantes e de atuação profissional dos professores, a “Casa Comum” é a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), dado o papel fundamental e indispensável dos pesquisadores, professores e futuros profissionais na construção de valores, crenças e princípios éticos permeados pela sustentabilidade socioambiental. Mas a PUC-Campinas não está territorialmente isolada, ela toma parte da cidade de Campinas, do Estado de São Paulo, do Brasil e assim por diante.

Na Universidade algumas questões ambientais podem ser discutidas e modificadas, como, por exemplo, perguntar-se se é necessário aumentar a cota de impressões de textos e documentos no espaço acadêmico ou repensar atitudes visando à sustentabilidade. Não se derrubam árvores diretamente, mas se as consome indiretamente usando toneladas de papel nas atividades diárias de uma Instituição de Ensino. Do mesmo modo, é possível pensar se é necessário construir mais estações de abastecimento de água, ou seria melhor cada habitante reaproveitar a água da chuva para uso em diversas situações em que a potabilidade não é exigida.

Para a Região de Campinas os princípios da Ecologia Integral podem ser propagados mediante a inteira adoção do Estatuto da Cidade, lei promulgada em 2001, que organiza a cidade com o intuito de garantir qualidade de vida da população. O Plano Diretor coloca o Estatuto da Cidade em prática orientando sobre questões como moradia, saneamento básico, transportes, escolas, áreas de lazer e hospitais públicos, definindo e organizando o funcionamento da cidade, nas áreas rurais e urbanas⁴¹.

No Plano Diretor, as áreas que precisam ser desocupadas são normalmente as áreas de proteção de mananciais, áreas com risco de enchente, áreas com riscos de deslizamentos e áreas com ecossistemas frágeis, como os manguezais.

Para as cidades implantarem decisões que favoreçam a preservação ambiental, é conveniente adotarem medidas que estimulem a contribuição da população, como, por exemplo, o imposto sobre a propriedade territorial urbana com descontos (IPTU Verde) para casas em que os habitantes separem os materiais recicláveis; ou que pratiquem a compostagem dos resíduos orgânicos produzidos, tenham energia solar ou que façam reaproveitamento de água das chuvas.

No Brasil, a sustentabilidade socioambiental pode contemplar a população através das leis e acordos vigentes internacionalmente que respeitem o meio ambiente. Nos âmbitos nacional e local pode-se favorecer modalidades de produção industrial com eficiência energética e menor utilização de matérias-primas, retirando do mercado os produtos mais poluentes. Outro ponto é uma gestão eficiente dos transportes, e reestruturação de edifícios que reduzam o seu consumo energético. Além disso, a ação política

⁴⁰ Cf. FRANCISCO, Papa, 2015, §211.

⁴¹ FIORILLO, C.A.P.; FERREIRA, R.M. *Estatuto da cidade comentado*. São Paulo: Saraiva, 2014.

local pode orientar-se para a alteração do consumo e à proteção de determinadas espécies e planejamento de uma agricultura diversificada com a rotação de culturas⁴².

Considerações Finais

O ambiente humano e o natural degradam-se em conjunto e a segregação social impacta de diversas formas. Na questão ambiental, ao se pensar, por exemplo, nos chamados desastres naturais, ainda que as causas sejam físicas, a fatalidade é humana e a deterioração ambiente/sociedade acaba por afetar os mais frágeis. A perda monetária advinda de desastres contínuos também aumenta a degradação ambiental e o desequilíbrio ecológico, contribuindo para um ciclo de desastres maiores.

Na questão das desigualdades na distribuição da riqueza, ao invés de se concentrar unicamente nas variáveis da esfera econômica, com o intuito de aumentar a produção e redução de custos, faz-se necessário uma ecologia econômica, pois os impactos ambientais causados a partir da ideia do progresso, do crescimento econômico puro e simples, costumam trazer consequências ambientais e sociais à população.

Pode-se considerar que o desafio maior lançado ao longo da *Laudato Si'* está em reinventar formas e mediações sobre a relação e articulação do capital com o social e o meio ambiente, pois, uma vez destruída a natureza, não mais será possível reproduzi-la, como historicamente tem sido feito com os instrumentos de trabalho e afins.

Se cada habitante deste planeta é responsável pelas atitudes, comportamentos e decisões que toma, que futuro deixará para as próximas gerações?

Alcançar a sustentabilidade ambiental exige mais do que um esforço individual ou grupal, é preciso que a sociedade como um todo abra seus olhos para os impactos que vem negativamente causando ao ambiente, e decida mudar suas ações. Não uma mudança qualquer, que contemple apenas uma dimensão da sustentabilidade, mas uma mudança profunda, que resgate os princípios e valores éticos, morais e culturais, já que atualmente estes se encontram corrompidos e esquecidos.

As reflexões apresentadas neste texto tiveram assento nas propostas de uma Ecologia Integral, nossa casa comum, elaborada pelo Papa Francisco, que ao resgatar a dimensão humana e social da crise ambiental dialoga implicitamente com os pressupostos teóricos do Serviço Social. Todavia, estudos mais aprofundados devem ser desenvolvidos para que esta relação de princípios entre a Ecologia Integral, da forma como é adotada na *Laudato Si'*, e os pressupostos de ação e a prática do assistente social possam se ajustar cada vez mais e produzir os ideais de transformação social que ambos desejam.

⁴² Cf. FRANCISCO, Papa, 2015, §22.

